

Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução

Ilse Scherer-Warren^{*}
Lígia Helena Hahn Lüchmann^{**}

Artigo

Movimentos sociais, participação e democracia” foi o tema escolhido para o Seminário Nacional comemorativo dos 21 Anos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, organizado em parceria com a Rede Participação e Inovação Institucional. Tema e momento para resgatar os rumos da pesquisa e da produção na área temática, nessas últimas décadas. O que a literatura das Ciências Sociais brasileira revela sobre o assunto? Quais têm sido as principais tendências paradigmáticas e temáticas, e quais são as perspectivas interpretativas emergentes? Eis alguns pontos para nossa reflexão.

Da segunda metade da década de 1970 ao início dos anos 1980, começava a tentativa para desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente. Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários, ou nacional-populares, na interface da

* Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). E-mail: ilse@manezinho.com.br.

** Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, Pesquisadora do NPMS e membro da Rede Participação e Inovação Institucional. E-mail: Ligia@cfh.ufsc.br.

temática nação x classe. Diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas¹.

Para buscar o diferencial de cada formação coletiva (social ou discursiva)², os “estudos de caso” se multiplicaram, ampliando, assim, consideravelmente o conhecimento empírico sobre uma realidade ainda pouco estudada. Deixou-se o sujeito falar e se auto-identificar, confundindo-se, algumas vezes, a auto-reflexão com a análise sociológica. Desta forma, produziu-se um acervo de dissertações, teses e estudos de casos, cujas importantes informações empíricas careciam, em alguns casos, de maiores cuidados em explorar e decodificar categorias e conceitos teóricos.

Do ponto de vista da tentativa de construção de um modelo analítico alternativo ao paradigma clássico marxista, debruçou-se sobretudo sobre as contribuições dos teóricos dos movimentos sociais urbanos (Castells, Lojkine, Borja e Pickvance, para citar os mais referenciados). Esse paradigma permitia ampliar as perspectivas para além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção, buscando seu potencial de transformação a partir de sua inserção na esfera da reprodução social. Assim, se a questão urbana (de moradia, consumo, educacional, de gênero, étnica e outras) permitia analisar a dupla inserção nas esferas da produção e da reprodução, examinado-se as interfaces entre trabalho produtivo e improdutivo, entre mercado e cotidianidade, entre outras, o seu alto grau de generalidade não abordava as especificidades dos sujeitos, que acabavam reduzidos ou enquadrados num modelo paradigmático único e hegemônico nos diálogos intelectuais.

¹ Muitos “estados da arte” sobre estes estudos foram elaborados, restando-nos aqui uma apreciação sobre os avanços e limitações dessas abordagens. Vide especialmente o excelente texto de Maria Célia Paoli (1995).

² Sobre as matrizes discursivas dos movimentos sociais, na década de 1980, vide Sader (1988).

A idéia sobre a existência de uma pluralidade de sujeitos, portadores possíveis de múltiplas identidades, levou os pesquisadores a buscarem referenciais para além daquele corte paradigmático, tais como em Thompson, Heller, Offe, Laclau, Mouffe, Evers, Touraine, Melucci, Guattari, Castoriadis e muitos outros. Iniciava-se, assim, o diálogo com as teorias dos “novos movimentos sociais”³. O alargamento da base analítica recaiu num aprofundamento da dimensão sociocultural em torno dos eixos: práticas políticas tradicionais x cultura política emergente; autoritarismo x democracia de base; racionalidade x subjetividade; formação de identidades socioculturais; cidadania e direitos de terceira e quarta gerações – e temas correlatos.

As análises centradas nos aspectos político-institucionais dos movimentos sociais também foram tomando relevância, acompanhando a necessidade de releituras desse fenômeno a partir do processo de redemocratização, destacando-se que, diante da fragilidade da institucionalidade, era necessário entender o sentido e a dinâmica das revoltas das massas, como os quebra-quebras e as ocupações de terras.

Conforme Jacobi (1987), a primeira abordagem (dos “novos movimentos sociais”) enfatizou o virtuosismo e o caráter transformador dos atores coletivos, enquanto a segunda (acima) buscou a reordenação institucional possível nos processos (precários) de redemocratização. Merece ser destacado que o diálogo entre as duas perspectivas permitiria, a partir do entendimento das diversidades culturais, por um lado, e dos entraves das conjunturas políticas específicas, de outro, um novo olhar acerca das tensões entre inovação e institucionalização. Nessa interface, desenvolveram-se muitos estudos sobre o papel dos mediadores nos movimentos sociais, especialmente buscando elucidar (conceitualmente) as relações entre sociedade e esfera pública⁴.

³ Para alguns desdobramentos e aplicação dessa teoria em nosso continente, vide Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* (Os novos movimentos sociais na América Latina) (1987).

⁴ Vide balanço bibliográfico de Ana Clara Torres Ribeiro. *Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90* (1991). Sobre o papel político das mediações, vide também Sader (1988); Jacobi (1989) e Doimo (1995).

Outra característica da produção científica da década de 1980 é a quase absoluta segmentação da base geográfica de referência empírica das pesquisas e das reflexões para a teoria: o urbano e o rural. Raramente se estabelecia um diálogo intelectual entre esses dois universos, mesmo diante do “boom” dos movimentos sociais rurais nesse período⁵ (movimento sem-terra, movimento de barragens e movimento de mulheres agricultoras).⁶ Embora surgindo na interface desses campos e ancorado em uma visão holística da realidade, o movimento ecológico acabou também construindo o seu campo interpretativo especializado, mantendo pouco diálogo com os dois campos acima. Assim sendo, a riqueza das mobilizações sociais dessa década estimulou intensamente a produção acadêmica, mas tendeu a segmentar-se em especializações temáticas, com recortes paradigmáticos próprios.

Na década de 1990, o ímpeto do processo de globalização e a realização de inúmeras Conferências Mundiais das Nações Unidas⁷ possibilitaram a interlocução entre os movimentos sociais e apresentaram novos desafios analíticos. Esses Fóruns Globais levaram à articulação das organizações civis através de fóruns locais e nacionais, com vistas a uma preparação de suas representações nessas conferências. Das preparações para a Eco/92, realizada no Brasil, originou-se o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, que teve continuidade para além do evento através da multiplicação dos Fóruns e das Agendas 21 locais. Surgia nas várias áreas temáticas o estímulo às parcerias entre sociedade civil e poder público, e com vistas ao empoderamento da esfera civil articularam-se nacionalmente: Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia; pela Reforma Urbana; de Participação Popular; da Criança e do Adolescente, e muitos outros fóruns setorializados. A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e seu desdobramento no

⁵ Vide um balanço detalhado desse período em Zander Navarro (1994).

⁶ Sobre a emergência desses movimentos, vide também Scherer-Warren (1993).

⁷ Conferências: Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92); Direitos Humanos (Viena/93); População e Desenvolvimento (Cairo/94); Desenvolvimento Social (Copenhague/95); Mulher (Beijing/95); Hábitat II (Istambul/96). Sobre a relação entre sociedade civil e as Nações Unidas, vide a excelente obra de Liszt Vieira (2001).

Movimento pela Ética na Política contribuíram para legitimar a intersecção entre voluntariado e comprometimento político, levando-se a repensar o embate entre assistência x ação para cidadania, entre autonomia organizacional x institucionalidade, entre prática institucional x prática movimentalista. A abordagem de redes passou a tomar corpo no interior das análises sobre os movimentos sociais, devido não apenas às características articulatórias crescentes neste campo movimentalista⁸, como às novas formas de institucionalidade e às novas sociabilidades decorrentes da lógica de cooperação solidária que passou a ser estimulada no interior de organizações voluntárias, pastorais, etc. Desenvolveu-se, assim, um campo de pesquisa privilegiado para a abordagem de redes, em sua dimensão estratégica e solidarística⁹.

Desenvolveu-se também uma abordagem crítica acerca da crescente incorporação da idéia de solidariedade vinculada ao projeto (de corte neoliberal) de reforma do Estado. Neste projeto, subverte-se o conteúdo de radicalidade presente nas idéias de participação, cidadania e solidariedade, desconectado agora dos princípios de igualdade e universalidade¹⁰. Este novo paradigma prometeu novas relações entre Estado e sociedade preenchidas por ingredientes pautados na parceria público-privado, na idéia de “terceiro setor”, na responsabilidade social, na filantropia empresarial e na solidariedade. É neste contexto que as ONGs passam a ocupar lugar de destaque na execução de ações e programas sociais desenhados a partir de uma orientação política pautada nos princípios da participação solidária, da focalização e do voluntariado.

Além disso, o reconhecimento público das ONGs, a partir de sua participação nas Conferências Globais, nos fóruns locais e nacionais, e nas ações do voluntariado deu nova visibilidade a esse ator coletivo, delineando um campo de análise que, todavia,

⁸ Vide os primeiros desdobramentos dessa abordagem em Doimo (1995); Scherer-Warren (1993 e 1999).

⁹ Vide a operacionalização dessa abordagem no trabalho de Mance, 2000, e alguns desdobramentos teóricos em Scherer-Warren (1998 e 2004 – no prelo).

¹⁰ Ver análise sobre a ênfase nos princípios do voluntarismo e da solidariedade da vertente neoliberal em GECD (1999), Telles (1994) e Telles e Paoli (1998).

não se estruturou mais em uma única perspectiva paradigmática, mas em múltiplos referenciais analíticos: as abordagens do “associativismo civil”, remontando às contribuições clássicas de Tocqueville¹¹; as teorizações sobre o “terceiro setor”, frequentemente seguindo a tradição das análises taxionômicas¹²; as abordagens accionalistas sobre uma dimensão do fenômeno (as denominadas “ONGs históricas”), buscando entender suas trajetórias políticas a partir das mudanças conjunturais na sociedade brasileira e na latino-americana¹³.

Por outro lado, a emergência de novas articulações entre Estado e sociedade, principalmente a partir da Constituição de 1988, deslocou grande parte das energias participativas para o interior dos novos espaços institucionais que, a exemplo dos Conselhos Gestores e dos Orçamentos Participativos (OP), resultaram, em grande medida, das lutas e reivindicações pela democratização do Estado.

A incorporação da dimensão societária nestes espaços institucionais motivou o desenvolvimento de um conjunto de estudos voltados para as possibilidades e os limites da participação institucional, ampliando e complexificando o repertório analítico-conceitual sobre o tema da democracia e da cidadania¹⁴. A recuperação do conceito de esfera pública orientou-se, aqui, por uma perspectiva que rompeu, a partir do resgate dos estudos sobre os movimentos sociais, com a estreiteza do vínculo entre Estado e política, subvertendo a relação tradicional (e perversa) entre o público (estatal) e o privado (mercado).

¹¹ Cf. lembrado por Lavallo (2003).

¹² Vide, a esse respeito Fernandes (1994), especialmente p. 26-29.

¹³ Para detalhamentos, vide Teixeira (2003); Haddad (2002); Gohn (2000) e Scherer-Warren (1999).

¹⁴ Desenvolveu-se, neste período, um conjunto de estudos de caso sobre Conselhos Gestores e OP tendo como referência o conceito de democracia participativa (e/ou deliberativa). Procurando aprofundar esta temática, alguns estudos mais recentes vêm se desenvolvendo no sentido de transcender as abordagens específicas, através de perspectivas comparativas e de construção de variáveis explicativas. Ver, por exemplo: Avritzer e Navarro (2003), Dagnino (2002), Lüchmann (2002a e 2002 b) e Tatagiba (2002).

No seu conjunto, a ampliação e a pluralização das ONGs¹⁵, a criação (e generalização) dos espaços de participação social na gestão de políticas públicas e a incorporação de um conceito de espaço público diferenciado do Estado se constituíram, entre outros, em motivo importante para a renovação – que alguns interpretaram como “crise” – das análises no campo dos movimentos sociais. Conceitos como sociedade civil, capital social e democracia participativa passaram a assumir um lugar de destaque na produção das Ciências Sociais, indicando novos contextos político-sociais e novas preocupações teórico-conceituais.

O conceito de sociedade civil ganhou novos contornos. Se esta expressão apresentava uma função mais político-estratégica que analítico-teórica durante o regime militar, em função da identificação deste vasto campo em contraposição ao Estado autoritário (Costa, 1997), no contexto da democratização, o conceito de sociedade civil foi redefinido tendo em vista superar a dualidade com o Estado e a homogeneidade do campo social.

De influência habermasiana, este conceito está inserido em uma perspectiva de análise tripartite de organização societal que questiona a dicotomia público (Estado) e privado (mercado), que historicamente tem separado a sociedade do Estado e reduzido o conceito de política ao campo da organização estatal. A ruptura desta dicotomia se dá, na medida em que, denunciando e publicizando os problemas e injustiças sociais, a sociedade civil opera no âmbito público, porém diferente do Estado, ao mesmo tempo em que, ancorada na esfera privada, diferencia-se do mercado (GEC, 1999). A articulação da sociedade civil com a racionalidade comunicativa e, portanto, com um conjunto de atores que constroem novas identidades e solidariedades tematiza problemas, demanda novos direitos, institui novos valores e reivindica novas instituições, reserva a esta esfera um lugar que, diferenciado do Estado e do mercado, se traduz pelos princípios da pluralidade, privacidade, legalidade e publicidade (Cohen e Arato, 1992)¹⁶.

¹⁵ Ou “Onguização” da sociedade civil, como analisa Alvarez (1998).

¹⁶ No Brasil, entre os principais expoentes na tradução ou absorção deste referencial teórico estão Avritzer (1993) e Costa (1997 e 2002). Uma crítica a esta tradução encontra-se em Lavalle (2003).

Embora questionado e matizado por um certo virtuosismo reducionista¹⁷, o fato é que este conceito de sociedade civil veio ocupando um lugar importante nos estudos sobre as ações coletivas no âmbito das Ciências Sociais no País. Da mesma forma, e em proximidade com este conceito, vem tomando corpo, no interior das análises sobre cultura política e processos participativos, o conceito de capital social. Tendo como referência central o trabalho de Putnam (1996) sobre a democracia na Itália, este conceito está orientado por um conjunto de pressupostos que, articulando a dimensão institucional e a dimensão da cultura política, são considerados determinantes para o fortalecimento da democracia. A premissa básica aqui é a de que, quanto mais elevados os níveis de capital social (laços e normas de cooperação, confiança, civismo e solidariedade), maiores serão as possibilidades de constituição de uma institucionalidade democrática¹⁸.

Embora partam de matrizes teóricas diferentes¹⁹, estes conceitos coincidem no que diz respeito à importância do associativismo civil para a ampliação e o fortalecimento da democracia, tanto no plano sociocultural, quanto na dimensão político-institucional²⁰.

¹⁷ Cohen e Arato (1995), em reformulações referentes ao trabalho *Civil society and political theory*, relativiza uma dicotomia excessiva entre as lógicas de coordenação da ação: lógica comunicativa (sociedade civil) e lógica instrumental (Estado e mercado). Empiricamente, o entrecruzamento das lógicas parece demonstrar que a realidade social é mais complexa e multifacetada, apesar de uma identificação hegemônica da ação estratégica nas esferas do Estado e do mercado – o que não significa dizer que não atuem comunicativamente (por exemplo, o Parlamento). Do lado da sociedade civil, parece faltar uma coordenação precisa e unívoca quanto ao seu caráter democrático e comunicativo. Nesta perspectiva, Arato alerta para o fato de que a unidade da sociedade civil apresenta-se óbvia somente quando considerada numa perspectiva normativa. Ver também Dagnino (2002), além do já citado texto de Lavallo.

¹⁸ Destacamos, nesta perspectiva, a significativa produção de Marcelo Baquero, especialmente Baquero (2004).

¹⁹ Percebe-se uma grande lacuna analítica que discuta com mais rigor as semelhanças e diferenças entre esses diferentes conceitos. Uma tentativa (bastante preliminar e incipiente) de distinção entre o conceito de capital social e de sociedade civil encontra-se em Lüchmann (2003).

²⁰ Uma seleção de estudos de casos sobre o papel do associativismo civil para a democratização encontra-se em Scherer-Warren e Chaves (2004).

Na virada do milênio, um dos acontecimentos mais significativos para a sociedade civil organizada foi a realização do Fórum Social Mundial, em três anos consecutivos (janeiro de 2001, 2002 e 2003), no Brasil, em Porto Alegre. Foi significativo por possibilitar o encontro e o diálogo transnacional da diversidade de movimentos sociais, ONGs e cidadãos comprometidos com a transformação social. A tônica desses eventos foi não apenas a pluralidade de temáticas, de interesses políticos, de perspectivas ideológicas e de interpretações da realidade, como o crescente entendimento (do primeiro ao terceiro FSM), de que o respeito ao pluralismo das idéias da sociedade civil organizada constituiu-se como princípio fundamental²¹.

Merecem ser destacados os debates ocorridos nas oficinas (denominadas “atividades autogeridas”, em 2003), por ser onde se concentrou a ampla base dos participantes. A partir de um trabalho de sistematização das 1.619 oficinas ocorridas no FSM III, em torno de eixos temáticos preestabelecidos, foram identificadas as problemáticas de maior incidência²²: 128 oficinas em torno da temática “Economias populares, alternativas e solidárias”; 107 sobre a “Problemática de gênero”; 100 sobre o tema “Cultura e identidade cultural”; 127 oficinas debateram a questão “Organização social e justiça social”; 101 oficinas recaíram sobre o tema “Promoção da paz”; e, finalmente, no eixo “Outros”, 87 oficinas discutiram a problemática “Trabalho, emprego, atividade”²³.

²¹ Embora esse pluralismo esteja submetido a um conjunto de princípios que, explicitados na Carta do FSM, delimita o espaço social de seus compromettimentos e responsabilidade social. Dessa forma, algumas temáticas consideradas relevantes para as práticas dos movimentos sociais projetaram-se com mais intensidade no decorrer dos fóruns, para além de seus lemas: reativo “contra a globalização neoliberal” e utópico-propositivo “um outro mundo é possível”.

²² Respectivamente nos eixos 1 – Desenvolvimento democrático e sustentável; 2 – Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; 3 – Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e à homogeneização; 4 – Poder político, sociedade civil e democracia; 5 – Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e pela paz; e no eixo “Outros”.

²³ Trata-se de denominações genéricas do trabalho de sistematização, que engloba vários subtítulos, segundo sistematização coordenada por Tânia Pacheco, publicada no Volume 3 (Atividades Autogeridas), da Coleção Fórum Social Mundial 2003, Rio de Janeiro: Ibase, 2003, p. 166.

Estas preocupações também se refletiram nas grandes conferências, nos painéis, mesas de diálogo e controvérsias do FSM III²⁴, sendo tratadas através de alguns temas transversais, que vêm se colocando como desafios para a análise dos movimentos sociais no novo milênio, dentre os quais destacamos: igualdade na diversidade; inclusão social nas sociedades de múltiplas exclusões; ir além da tolerância no mundo multicultural para alcançar a aceitação da diversidade; relação entre cidadania, direito e participação democrática; direitos humanos indivisíveis (civis, sociais, econômicos e culturais); a recuperação da dignidade precede a luta por direitos; relação entre política, cultura e ética (equidade, justiça e respeito à diversidade); relação entre classe, raça, gênero (e geração) e reconhecimento das respectivas formas de discriminação; relação entre capital social, empoderamento e responsabilidade social; ação cidadã para a decisão das políticas sociais; formas de articulações numa sociedade de redes; redes sociais para controle da mídia e democratização da informação; movimento pelo software livre e inclusão digital; convergência entre os movimentos e superação da idéia de “unidade de luta”; organização de redes transversais para a articulação e o empoderamento dos movimentos; enraizar os movimentos em seus territórios e ao mesmo tempo construir uma rede mundial dos movimentos; e, enfim, a democracia como questão central no futuro dos movimentos sociais²⁵.

Esses temas são não apenas resultantes do encontro de atores estratégicos e do pensamento reflexivo, como também se impõem como problemáticas (algumas emergentes, outras recorrentes) para a área de conhecimento dos movimentos sociais, na atualidade. Além do tripé democracia/participação – diversidade/pluralismo – inclusão sociocultural, a organização ou mobilização na forma de redes é assumida como um conceito propositivo para os movimentos sociais no novo milênio, cabendo à pesquisa social distinguir aquele significado do sentido analítico de rede social²⁶.

²⁴ Vide detalhamentos na Coleção Fórum Social Mundial 2003, Volumes 1, 2 e 4.

²⁵ Dentre outros desafios. Uma síntese dos temas dos painéis encontra-se no Volume 2, *Ibid.*

²⁶ Sobre essa distinção conceitual, vide trabalho anterior, Scherer-Warren (1999), Cap. I: Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais.

Nesse sentido, constata-se que, do ponto de vista da Sociologia, se a abordagem de redes vem se delineando como uma nova ferramenta teórica e/ou metodológica para o entendimento dos atores coletivos contemporâneos²⁷, não é tratada a partir de um paradigma único, mas por meio do emprego de referenciais teóricos variados. Abordagem essa que vem encontrando importante respaldo na literatura brasileira, como demonstrado em vários trabalhos apresentados neste seminário nacional.

O Seminário “Movimentos sociais, participação e democracia” foi organizado através de mesas redondas e Grupos de Trabalhos²⁸ que contaram com a apresentação de cerca de 60 participantes. A multiplicidade de perspectivas analíticas fortaleceu a idéia de que os paradigmas muito generalizantes e inclusivos já não respondem mais à inquietação dos cientistas sociais no Brasil, e a Sociologia Política dos movimentos sociais se refaz à luz dos acontecimentos históricos e de sua capacidade de reflexão crítica.

É certo que o volume de trabalhos e intervenções impossibilita uma apresentação fiel das questões trazidas para a reflexão. Por outro lado, a atualidade e a riqueza dos textos reunidos neste dossiê nos instigam a apresentar algumas problematizações. Nossa escolha recaiu sobre três conjuntos de questões.

Em primeiro lugar, recuperemos a importância da abordagem de redes para a análise dos movimentos sociais. De forma mais ou menos explícita e elaborada, percebe-se que a idéia de redes vem se consolidando como ferramenta teórica de destaque para a compreensão dos fenômenos e da dinâmica político-social. Os trabalhos de Adrián Lavalle, Graziela Castello e Renata Bichir, e de Breno Augusto Fontes e Sabina Stelzig apresentam várias contribuições neste sentido.

²⁷ Vide um balanço sobre as abordagens de redes em Scherer-Warren (2004 – no prelo).

²⁸ Este dossiê apresenta os trabalhos das mesas, bem como um trabalho de cada GT, que foram escolhidos por sua convergência ou complementariedade aos outros artigos aqui apresentados. Convém enfatizar, portanto, que estes trabalhos não representam toda a riqueza dos debates desenvolvidos nos GTs, demonstrando uma multiplicidade de perspectivas analíticas, algumas mais clássicas, outras buscando novos enfoques para fenômenos emergentes. Foram os seguintes GTs: GT 1 – Movimentos sociais: novos olhares, perspectivas e desafios; GT 2 – Participação social e democratização do Estado; GT 3 – Participação, empoderamento e democracia.

Procurando “desocultar” os movimentos sociais de seu “misterioso sumiço no debate acadêmico ocorrido nos anos 1990”, Lavalle, Castello e Bichir não apenas reverenciam a “extraordinária centralidade” dos movimentos sociais na realidade brasileira contemporânea, como trazem à cena um outro tipo de ator (as articuladoras) que, embora diferentes dos movimentos sociais, ganham crescente e notável centralidade por sua capacidade de agregação, articulação, e coordenação de sujeitos e demandas sociais. Constituem uma “espécie de sociedade civil de segundo nível” que complexifica as relações – e articulações – no interior do campo do associativismo civil. A abordagem de rede recebe aqui um tratamento empírico que é contrabalançado pela perspectiva analítica (de redes) de caráter eminentemente teórico desenvolvido por Fontes e Stelzig.

Enfatizando que “muito mais do que um instrumento metodológico de análise de processos interativos, a noção de redes é um conceito central para a compreensão dos processos estruturadores da sociedade”, Fontes e Stelzig ressaltam a importância do fenômeno “relé social” como “mecanismo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para novas redes, criando-se desta forma ‘redes de redes’”, numa abordagem que remete à reflexão acerca da noção de “articuladoras” desenvolvida pelos primeiros autores. Distinguindo-se de outros tipos de articulação e organização social (sub-redes, redes de procedência), os relés apresentam maior flexibilidade, abertura e maleabilidade no plano dos valores, demandas e atores sociais, na medida em que, “quanto maior o grau de heterogeneidade, maior a capacidade do relé social de ligar pessoas e redes anteriormente não conectadas”.

A ênfase no caráter “articulatório” como tendência recente – e crescente – na prática dos movimentos sociais também é encontrada nos trabalhos de Taciana Gouveia e de João Carlos Nogueira.

Partindo do campo da fala de sujeitos (ONGs), o trabalho de Taciana Gouveia explicita – e questiona – a precária flexibilidade das definições conceituais acerca dos movimentos sociais e das ONGs em um contexto marcado por interseções complexas entre esses sujeitos, “tanto em função das diversas configurações existentes nos movimentos sociais e nas ONGs, como pelo fato de

que muitos movimentos sociais – como são os casos dos movimentos feminista/mulheres, negro, ambientalista, gay/lésbico – são constituídos e constituintes por e de várias ONGs”.

Por sua vez, o trabalho de João Carlos Nogueira ressalta não apenas a importância das articulações no interior do movimento negro durante os anos de 1990 em direção à constituição de uma “identidade pública mais articulada nacionalmente”, como as articulações entre esse movimento com outros atores sociais (sindicatos, partidos políticos, etc.), tendo em vista não apenas fortalecer a denúncia contra o racismo, como imprimir uma ação mais propositiva em direção à institucionalidade político-estatal. De acordo com o autor, como resultado da pressão popular, as políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade no Brasil tornaram-se agenda de governo e do Estado.

Esses diferentes tipos de organização e articulação no campo da sociedade civil sugerem que se repense – e se incorpore – a abordagem de redes nos estudos sobre os processos e estruturas participativas. Quais os impactos dessa nova dinâmica de ação social sobre os espaços de participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas? Muitos estudos sobre os Conselhos Gestores vêm analisando as dificuldades de maior pluralização (e inclusão) na representação social no interior desses espaços. O trabalho de Céli Pinto é um exemplo neste sentido. De acordo com a autora, embora de forma diferenciada, tanto o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) quanto o Conselho Nacional de Segurança, Alimentação e Nutrição (Consea) vêm se constituindo em espaços que reduzem a participação da sociedade civil, seja a partir de uma perspectiva que individualiza (através da figura dos “notáveis”) este campo, seja a partir de sua redução a alguns setores e organizações que, embora apresentem uma relação mais orgânica com a sociedade, são escolhidos com pouca (ou nenhuma) ingerência da sociedade civil.

Em que pese toda a problemática relativa ao exacerbado grau de exclusão e desigualdade social, a noção de redes parece sugerir alterações significativas na dinâmica dos processos de participação política, na medida em que complexifica (ou “desorganiza”) as relações imediatas e diretas entre representantes/re-

presentados. Nesta perspectiva, pergunta-se, em que medida as alterações no campo da sociedade civil (redes, sub-redes, articuladoras, etc.) não estão a indicar alterações substantivas nas relações de representação? Até que ponto os processos atuais de representação nos espaços participativos ainda adotam as tradicionais medidas (ou escalas) pautadas em uma relação mais imediata entre organicidade/representação/legitimidade?

Por outro lado, a abordagem de redes vem encontrando solo fértil também no campo das análises que privilegiam a esfera governamental. A partir do conceito de “governança interativa”, o trabalho de Klaus Frey apresenta um conjunto de novas tendências de um modelo de gestão compartilhada e de caráter interinstitucional que envolve Estado, mercado e sociedade “terceiro setor”. Baseado no princípio de organização em rede, este conceito diz respeito a um modelo de gestão pública que, ancorado em novos arranjos institucionais, visa “de um lado, a aumentar a legitimidade democrática através do estabelecimento de novas práticas interativas, e, de outro, a melhorar a qualidade das políticas públicas e dos resultados da gestão por meio de uma participação ampliada”. O conceito de “governança interativa” procura indicar esta nova tendência de gestão.

É aqui que se introduz um segundo conjunto de questões, direcionado para as análises acerca dos modelos – ou projetos – de democracia e de participação. Neste ponto, aparecem com mais clareza algumas proximidades e diferenças teóricas entre os trabalhos que tratam da problemática das articulações entre Estado e sociedade, ou, mais especificamente, da participação. O trabalho de Evelina Dagnino, por exemplo, procura explorar “os contornos de uma *crise discursiva* que parece atravessar as experiências contemporâneas de construção democrática” no País. Resultante de uma “confluência perversa” entre o projeto liberal e um projeto participativo que foi se constituindo durante as últimas décadas, essa crise se caracterizaria pelos deslocamentos de sentido – e de propósito – nas noções de sociedade civil, participação e cidadania. Tais deslocamentos, embora obscurecidos por um vocabulário comum, são expressões de uma disputa política cuja análise revela ou expõe os

diferentes projetos políticos em jogo na sociedade. A atuação das ONGs e a ênfase no trabalho voluntário e na idéia de responsabilidade social são exemplos destes deslocamentos, cuja tônica têm sido a despolíticação, e o conseqüente encolhimento do espaço da política e da democracia.

Em que pese a importância – teórica e política – da noção de projeto político desenvolvida por Dagnino, noção esta que tensiona (e desmistifica) também uma determinada leitura pautada na “clivagem estrutural entre Estado e sociedade civil”, há que perguntar, ancorados nas análises de Klaus Frey acerca das tendências (verificadas em Santos, Porto Alegre e Curitiba) de um “novo pragmatismo de gestão urbana que tenta conciliar participação ampliada com gerenciamento efetivo”, em que medida esta idéia de projeto político atualiza um olhar que carrega os valores e perspectivas do contexto da redemocratização, ou quais são os projetos políticos que sustentam as práticas participativas neste novo milênio? Em que medida aquelas referências (democracia participativa x democracia gerencial e/ou neoliberal) das décadas de 1980 e 90 já não prescreveram? A crescente aproximação dos governos de esquerda aos instrumentos de gestão gerencial é um indicativo de uma “confluência perversa” ou do desenvolvimento de novas orientações (e projetos) político-administrativas, ainda não devidamente mapeadas e compreendidas?

Assim como o conceito de “governança interativa” desenvolvido por Frey, o conceito de capital social analisado por Marcelo Baquero parece se constituir em uma nova busca de categorias teóricas que possibilitem preencher – ou atualizar – as análises sobre a participação e a democracia. Medido a partir de indicadores “de participação das pessoas em organizações sociais e de confiança entre os membros de uma comunidade”, o capital social constitui-se, de acordo com Baquero, em elemento central para o fortalecimento da democracia, na medida em que “em sociedades onde se observa um desenho governamental eficiente e elevado índice de capital social, Estado e sociedade se complementam aumentando a possibilidade de prosperidade econômica e ordem social”. É exatamente esse foco – na complementaridade e no consenso – que parece uma tentativa de aproximação com

as novas tendências de gestão político-administrativa, que é aqui objeto de questionamento, na medida em que sugere um certo “tom” conciliatório nas relações sociopolítico-institucionais. Não é à toa que os governos e as agências multilaterais (BIRD, BID, FMI) se apropriam de um conceito de capital social que, destituído de qualquer caráter de conflituosidade, está ancorado nas idéias de voluntariado e filantropia empresarial. Perguntamos, portanto, se ao não incorporarem a dimensão do conflito, os conceitos de capital social e de governança não acabam reduzindo a noção de política, subvertida agora por noções como confiança, civismo, complementaridade, eficiência e colaboração.

Um último bloco de questões diz respeito às polarizações que se reproduzem no âmbito das análises sobre os temas: movimentos sociais, participação e democracia (título do seminário). Dentre as polarizações, destacamos, seguindo a análise de Marcelo Kunrath Silva, aquela que diz respeito às abordagens teóricas normativas e às investigações empíricas. Voltado para os estudos sobre a participação e a democracia, o autor ressalta que “se observa um significativo acúmulo em termos do mapeamento e da descrição dos processos de participação, mas ainda é pequeno o avanço em termos da construção de instrumentos conceituais que possibilitem a formulação de modelos explicativos-compreensivos dos processos investigados”. No que diz respeito às análises sobre os movimentos sociais, poderíamos afirmar que um certo acúmulo teórico não foi acompanhado de renovações significativas no campo das investigações empíricas, o que vem resultando em importantes lacunas analíticas neste campo.

Em segundo lugar, destaca-se a polarização entre uma interpretação sociológica e uma interpretação da Ciência Política. Discutindo as relações entre democracia e participação – ou entre sociedade e Estado –, Marcelo Silva adverte que a importância de uma ruptura com a tradição “estatista” que tende a “sobre-valorizar o papel do Estado na condução dos processos políticos, desconsiderando a importância ou a capacidade de atuação dos atores sociais”, não significa uma desconsideração acerca da importância do papel do Estado e das instituições. Ao contrário, há que “analisar a complexidade do campo político-

institucional, que tende, assim como a sociedade civil, a ser apreendido de forma unificada, perdendo a sua diversidade e, mesmo, conflitualidade interna (particularmente no que se refere aos processos de participação social)”.

Cabe aqui nos reportarmos ao artigo de Renato Perissinotto acerca da importância da Sociologia Política como campo disciplinar que, caracterizado por um “híbrido institucional”²⁹, orienta-se, ou deve orientar-se, contra os reducionismos, conjugando “em suas análises as variáveis típicas da sociologia (as estruturas sociais) com as variáveis típicas da ciência política (as estruturas políticas)”. Ao evitar tanto o “reducionismo sociológico” quanto o “politicismo”, a Sociologia Política permite pensar de forma mais articulada – e complexa – as relações entre estes dois campos teóricos. É nesta perspectiva que o autor recupera as contribuições da teoria neoinstitucional³⁰, a exemplo do peso (não determinante) das instituições no comportamento e nas práticas sociais. No nosso entender, essa abordagem parece bastante promissora para a análise dos movimentos sociais, da participação e da democracia³¹, na medida em que permite compreender as mudanças e os impactos (mútuos) nas configurações, demandas e orientações, seja dos atores coletivos, seja da institucionalidade política. A adoção de um paradigma “híbrido” nos permite, portanto, alcançar um entendimento mais complexo de processos que, ao mesmo tempo que não tenham se desvinculado dos padrões ditados pelo clientelismo, pelo patrimonialismo e pelo autoritarismo, se alteram em função dos impactos e das diferentes correlações de força e de interesses político-sociais.

Enfim, a agenda de estudos acerca do tema dos movimentos sociais, da sociedade civil, da participação e da demo-

²⁹ Seguindo proposição de Sartori (1969).

³⁰ Com devidos cuidados em enunciar as diferentes tendências em seu interior, a exemplo do “neoinstitucionalismo histórico” e o “neoinstitucionalismo da escolha racional”.

³¹ Um resgate da teoria neoinstitucional para o estudo da democracia deliberativa encontra-se em Lüchmann (2002a), através da idéia básica de que (resumidamente), embora os indivíduos construam as regras, as normas e as condutas, eles são limitados e condicionados por escolhas passadas (SCOTT, 1995). Nesta perspectiva, os interesses e preferências são constrangidos por mecanismos e sistemas institucionais.

cracia parece cada vez mais complexa e desafiadora. Novas práticas, novos problemas, instituições e demandas convivem com os (perversos) mecanismos tradicionais da política. Novos temas e atores, a exemplo dos movimentos contra a exclusão, a violência e os movimentos juvenis³² estão a exigir não apenas a ampliação do campo de análise, como a atualização – ou renovação – teórico-conceitual.

Muitos desses desafios foram levantados pelos comentaristas que participaram de mesas redondas e GTs em nosso seminário. Apresentamos, na parte final deste dossiê, alguns dos principais questionamentos e sugestões para o desenvolvimento da área temática que foram gentilmente sintetizados (a posteriori) por esses comentaristas.

Gostaríamos ainda de deixar registrado que os atores e os fóruns, especialmente os globalizados, também estão reforçando e renovando os recortes temáticos e perspectivas para a atuação dos movimentos sociais. Em síntese, o tripé: democracia/participação; diversidade/pluralismo; inclusão socioeconômica-política-cultural, conforme já mencionado, tem se colocado como ponto forte ou *valores de convergência* dos movimentos sociais no novo milênio; enquanto a *organização ou mobilização sobre a forma de redes* se impõe não só por seu valor estratégico na sociedade da informação, mas principalmente por seu valor de democratização no interior dos movimentos ou nas relações interorganizacionais. Entretanto, se a noção de rede vem sendo assumida como um conceito propositivo pelos movimentos sociais, e traduzida por princípios como participação igualitária, horizontalidade, articulação e descentralização, compete à análise sociológica desvelar as contradições e ambigüidades desses processos políticos emergentes. A premissa da distribuição e da democratização do poder (existência de muitos “nós” e “elos”) que caracteriza o conceito propositivo de redes deve ser objeto de reflexão e questionamento, na medida em que, se em uma rede há elos fortes (lide-

³² Maria da Glória Gohn (2003) apresenta um levantamento dos movimentos sociais no século XXI.

ranças, mediadores, articuladores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc.), que detêm maior poder de influência, de direcionamento das ações, ou *capital social*, há também elos mais frágeis de conexão da rede – freqüentemente aqueles para os quais a ação movimentalista se direciona (“população-alvo”, excluídos sociais, pobres, o mais discriminados, etc.). Portanto, se as redes, assim como qualquer realidade social, desenvolve e reproduz relações de conflito e poder concomitante às práticas de solidariedade, de reciprocidade, de compartilhamento, há que desvendar as tensões dessas dinâmicas, mas sem perder a dimensão de que o que interessa, política e eticamente (em última instância), é a transformação dos excluídos em sujeitos sociais de seus destinos.

Gostaríamos de finalizar expressando nosso reconhecimento e agradecimento a todos que contribuíram para a realização do Seminário comemorativo dos 21 Anos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, em especial aos que aqui trouxeram os produtos de seus esforços acadêmicos, como convidados ou como voluntários, e aos que contribuíram para a realização do evento – os membros do NPMS e da Rede Participação e Inovação Institucional, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e o Departamento de Sociologia e Ciência Política, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, as Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Extensão da UFSC, a Capes, a Funcitec e os colaboradores anônimos – nossos sinceros agradecimentos. Nosso agradecimento especial a Viviane Ribeiro Corrêa por seu dedicado e eficiente trabalho de edição do presente dossiê.

Florianópolis, agosto de 2004.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: the Latin American Feminist NGO “Boom”. Prepared for the **Fourth Annual Schomburg-Moreno Lecture**, sponsored by the Latin American Studies Program. Mount Holyoke College. South Hadley. MA. 2 March, 1998, (paper).

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. **RBCS**, São Paulo, n.27, a.10, p.18-27, fev. 1995.

AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n.36, p. 213-222, jul. 1993.

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (Orgs). **A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

BAQUERO, Marcello (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Cambridge: The Mit Press, 1992.

COSTA, Sergio. Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **BIB**, Rio de Janeiro, n.43, p. 3-25, jan./jul. 1997.

_____. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: ed UFMG, 2002. Cap I e III.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado; porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Secretaria Internacional do Fórum Social Mundial. **Conferências**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. (Coleção Fórum Social Mundial 2003, v.1).

_____. **Painéis**. Fernanda Lopes CARVALHO (Org.). Rio de Janeiro: Ibase, 2003. (Coleção Fórum Social Mundial 2003, v.2).

_____. **Atividades autogeridas: a riqueza da sociedade planetária num cadeidoscópio multicolorido**. Tânia PACHECO (Org.). Rio de Janeiro: Ibase, 2003. (Coleção Fórum Social Mundial 2003, v.3).

_____. **Mesas de diálogo e controvérsia.** Rio de Janeiro: Ibase, 2003. (Coleção Fórum Social Mundial 2003, v.4).

GECD (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática). Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. **Idéias**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, v.5, n.2/v.6, n.1. 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Movimentos sociais na atualidade. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

HADDAD, Sérgio (Org.). **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina.** São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **BIB**, n.23. São Paulo: Vértice.1987.

_____. **Movimentos sociais e políticas públicas** (demandas por saneamento e saúde). São Paulo: Cortez, 1989.

LAVALLE, Adrián Gurza. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo, n.66, p. 91-109, jul. 2003.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de Pesquisa.** Florianópolis, PPGSP, UFSC, n.33, nov. 2002a.

_____. Os conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, n.161, p.43-79, jul./dez. 2002b.

_____. Capital social, sociedade civil e democracia deliberativa. **Revista Redes**, RS, Unisc, v.8, n.3, p.105-130, set./dez. 2003.

MANCIE, Euclides André. **A revolução da rede: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 2000.

NAVARRO, Zander. Democracy, citizenship and representation: rural social movements in southern Brazil, 1978-1990. **Bull. Latin Am. Res.**, v.13, n.2, p. 129-153. 1994.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos sociais no Brasil**. “Sem a gente, não tem jeito”. São Paulo: Marco Zero/Ildesfes/Labor, 1995.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anuário Anpocs. São Paulo: Vértice, p.95-121. 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARTORI, Giovanni. Da sociologia da política à Sociologia Política. In: LIPSET, S. M. (Org.). **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse e CHAVES, Iara (Orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993.

_____. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. **Sociedade e Estado**, v.XIII, n.1, p. 55-70, jan./jul. 1998.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Redes sociais: trajetórias e protagonistas. In: DIAS, Leila C. e SILVEIRA, Rogério. L. L. (Orgs.). **Redes, territórios e sociedade**. 2004 (no prelo).

SCOTT, Richard W. **Institutions and organizations**. California: Sage Foundations, 1995.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.).

Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 47-103.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção:** as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Polis, capítulo IV, 2003.

TELLES, Vera da Silva e PAOLI, Maria Célia. Social rights: conflicts and negotiations in contemporary Brazil. In: ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. **Cultures of politics. Politics of cultures:** re-visioning Latin American social movements. Boulder/Colorado: Westview Press, 1998.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Revista Polis**, n.14, 1994.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania.** A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.